



## **Expansão e financiamento da educação superior no contexto de crise econômica e de ajuste fiscal**

Emília Maria da Trindade Prestes  
Luiz de Sousa Junior  
Universidade Federal da Paraíba

### **Resumo**

Este artigo foca as orientações das políticas globalizadas de educação superior e seus efeitos nos processos de expansão e financiamento da educação, particularmente da educação brasileira depois da crise econômica de 2008-2009. O estudo busca averiguar as orientações das políticas internacionais educacionais após os anos de 1990 e suas influências nas mudanças processadas nas políticas de educação superior global e local, particularizando a relação entre expansão e financiamento da educação superior, em tempos de crise econômica e de ajuste fiscal. Adota-se a ideia de que a globalização dos mercados, com conseqüente impacto nas políticas públicas, atualizou a importância das análises educacionais em uma perspectiva comparativa, refinando teorias e metodologias capazes de explicar as tendências transnacionais e locais que conformam os funcionamentos dos sistemas educacionais. O texto conclui que a estratégia atual sinaliza para a perda do prestígio da educação superior nos orçamentos públicos, fortalecendo sua inserção à lógica do mercado.

Palavras-chave: Educação superior. Expansão. Financiamento.

161

## **Expansion and financing of higher education in the context of economic crisis and fiscal adjustment**

### **Abstract**

This article focuses on the globalized policies of higher education and its effects on the expansion and financing of education, particularly on the Brazilian education after the economic crisis 2008-2009. The study seeks to ascertain the orientations of international education policies in the 1990s and their influence on the changes process in global and local higher education policies, particularizing the relationship between expansion and financing of higher education, at times of economic crises and fiscal adjustment. We have adopted the idea that the globalization of markets, with the consequent impact of public policies, has updated the importance of educational analysis in a comparative perspective, refining theories and methodologies capable of explaining transnational and local trends that shape the functioning of educational systems. The

text concluded that the current strategy signals the loss of prestige of higher education in public budgets, strengthening its insertion into the logic of the market.

Keywords: Higher education. Expansion. Financing.

## **Expansión y financiamiento de la educación superior en el contexto de crisis económica y de ajuste fiscal**

### **Resumen**

Este artículo enfoca las orientaciones de las políticas globalizadas de educación superior y sus efectos en los procesos de expansión y financiamiento de la educación, particularmente de la educación brasileña después de la crisis económica de 2008-2009. El estudio busca determinar las orientaciones de las políticas internacionales educativas después de los años 1990 y las influencias en los cambios procesados en las políticas educativas superior global y local, particularizando la relación entre la expansión y el financiamiento de la educación superior en tiempos de crisis económica y de ajuste fiscal. Se adopta la idea de que la globalización de los mercados, con consecuente impacto en las políticas públicas, actualizó la importancia de análisis educacionales desde una perspectiva comparativa, refinando teorías e metodologías capaces de explicar las tendencias transnacionales y locales que conforman el funcionamiento de los sistemas educacionales. El texto concluye que una estrategia actual señala para la pérdida del prestigio de la educación superior en los presupuestos públicos, fortaleciendo su inserción en la lógica del mercado.

Palabras clave: Educación superior. Expansión. Financiamiento.

○ presente estudo busca averiguar as orientações das políticas internacionais educacionais após os anos de 1990 e suas influências nas mudanças processadas nas políticas de educação superior global e local, particularizando a relação entre expansão e financiamento da educação superior, em tempos de crise econômica e de ajuste fiscal. ○ seu desenvolvimento baseou-se em análises teóricas e evidências empíricas postas em documentos, bibliografias e informações relacionados às mudanças operadas nesse sistema educativo. A organização do texto compreende um panorama sobre o tema de estudo, algumas compreensões sobre os conceitos de política internacionais de educação, políticas públicas e políticas de educação superior. Intenta, ainda, abordar as orientações das políticas de educação superior no contexto



da globalização sinalizando para o momento contemporâneo, quando a sociedade global, gradativamente vai aprofundando suas crises estruturais com reflexos no financiamento da educação. Por fim, busca situar a política de financiamento da educação superior tanto no âmbito internacional quanto no âmbito brasileiro.

O artigo, inicialmente, foca os papéis que jogam os organismos multilaterais nos processos globais de educação superior, particularizando a expansão e o financiamento da educação superior brasileira. Adota-se a ideia de que a globalização dos mercados, com conseqüente impacto nas políticas públicas, atualizou a importância das análises educacionais em uma perspectiva comparada, refinando teorias e metodologias capazes de explicar as tendências transnacionais e locais que conformam os funcionamentos dos sistemas educacionais globais. Conclui, baseando-se no caso brasileiro, que, em tempos de crise econômica e de ajuste fiscal, a educação superior vai, gradativamente, perdendo prestígio nos orçamentos públicos, fortalecendo, assim, sua inserção à lógica do mercado.

## Panorama da problemática

Nos anos de 1980, período de mudanças inéditas, velozes, sistemáticas e globais, os Estados nacionais trataram de reorganizar suas instituições e sistemas sociais visando responder às diferentes demandas de natureza econômica, política, ideológicas e sociais, resultantes da nova agenda internacional decorrida do chamado "Consenso de Washington". Esse termo, cunhado pelo economista John Williamson para descrever o receituário resultante de um encontro ocorrido em novembro de 1989, com a presença de funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados, como o Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento, inaugurou uma nova fase do capitalismo mundial, caracterizada pela concentração e centralização do capital em nível mundial, pela redução da ação econômica do Estado, diminuição de tributos, privatização, abertura comercial, com repercussão nas ações e decisões dos Estados-nações. Essas medidas repercutiram no direcionamento da educação e nas universidades estatais públicas, provocando mudanças nas suas identidades, sustentabilidades e funções sociais.

A partir de então, a educação, compreendida como subsistema social com função legitimadora do sistema social, passou a ser fortalecida como mecanismo capaz de oferecer respostas e convencimentos a essa nova conjuntura, por várias razões. Por um lado, constituía demanda de grupos excluídos relacionada à justiça social e com à capacidade de diminuir as desigualdades de classe; ao mesmo tempo, funcionava como um fator aglutinador e de reorganização política de blocos de nações em busca de maior desenvolvimento e competição; ademais servia como fenômeno inserido na história da expansão do sistema capitalista moderno e global, ao se ajustar aos processos e interesses da “[...] acumulação de capital e das estruturas político-econômico onde tais processos estão inseridos” (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 31). Prestava-se, também, para contemplar as exigências da nova sociedade informacional, onde o conhecimento se apresentava como um fator determinante para a produtividade, competitividade e desenvolvimento, diminuindo as desigualdades sociais e as incertezas futuras, buscando garantir a coesão social; e, finalmente, articulava os interesses de reprodução e qualificação da força de trabalho, nos termos do que veio a se denominar de “capital humano” (SCHULTZ, 1967).

164 Nesse diapasão, diferentes países adotaram as ideias propagadas por organismos multilaterais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento *Económico* ou Económico (OCDE), o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas para a Ciência, a Cultura e a Educação (Unesco) e a União Europeia sobre os benefícios “materiais e imateriais” da educação superior. A defesa de uma educação superior expansionista, centrada nas valorizações democráticas e coletivas, nas liberdades e nos méritos individuais, no desenvolvimento científico e nos benefícios econômicos para os governos, amplamente debatida nas Conferências Mundiais Sobre Educação Superior organizadas pela Unesco (1998, 2009), resultou em um intenso processo de massificação de estudantes, enfatizada na privatização do ensino. Enquanto isso, o Banco Mundial e a OCDE, adotando posturas e abordagens teóricas e políticas centradas em enfoques econômicos, focaram as suas atenções na ampliação do ensino superior e no treinamento dos recursos humanos, tidos como fatores de competitividade e de revitalização econômica das regiões e necessárias para reorganizar a ordem social capitalista ameaçada. Com isso, o conflito entre regiões pobres e ricas parecia diluída na ideologia de uma prosperidade comum e de “[...] um Estado [...] menos intervencionista [...] com preferência por mecanismos semelhantes aos do mercado ao invés



de métodos burocráticos de provimento de serviços” (WORLD BANK, 1995, p. 12). O conjunto desses discursos centrados na inversão no capital humano para a prosperidade econômica, empregos e coesão social, sintonizados com a conjuntura da época, serviram para assegurar maior controle da educação superior, globalmente reconhecida como fenômeno legitimador das relações sociais e de poder e como um dos mecanismos de inclusão e diminuição das desigualdades sociais. Colocavam, também, em evidência diferentes mediações e jogos entre atores públicos e privados, provocando resistências, conflitos e negociações (ARRIGHI, 1997; 2001; FEATHERSTONE, 1999; GIDDENS, 1991; 2000; IANNI, 1996; 2000; 2004; SANTOS, 1994 apud KOPPE, 2010).

Mesmo assim, no decorrer da década de 2000, a maior parte dos países do mundo havia sofrido ingerências externas no campo educacional, materializadas na reorganização dos planos de educação nacionais, na gestão educativa, nos esquemas de financiamento e no estabelecimento das novas relações de poder.

No caso europeu, a reorganização da educação superior em 1999, compatibilizado pelo Tratado de Bolonha, envolveu 48 países da região e convergiu para o aumento da sua produtividade. A orientação genérica era de que a política da educação superior regional deveria envolver um sistema de crédito, mobilidade discente e docente, garantia da qualidade educativa e cooperação para a promoção do espaço regional de educação superior. Independentemente da sua localização territorial, países como a Alemanha, Reino Unido e Estados Unidos, de forma quase consensual, reforçaram suas posições educacionais, adotando medidas, sobretudo as relacionadas com a qualificação da força de trabalho e constituição das forças econômicas, baseadas na industrialização e ampliação dos seus compromissos políticos com as políticas de educação superior (LÁZARO, 2001). Os países que perseguiam uma inserção na nova reestruturação do sistema capitalista como a Coreia e Taiwan e iniciavam uma competição na nova economia, após universalizar a sua educação básica, passaram a chamar a atenção do mundo, em decorrência das avançadas políticas de inserção social da sua população, na educação superior (GALVÃO, 2007).

Em se tratando da América Latina e Caribe, regiões cuja educação era mais intensamente regulada pelo Banco Mundial e pela Unesco, após a universalização do ensino fundamental, partiu-se para a remodelagem

do ensino superior que transitava entre a privatização e a expansão pública (VILLANUEVA, 2008). A reestruturação desses sistemas educacionais, compatível com as adotadas pelo bloco da União Europeia, se processou de forma desigual entre os países da região e através de experiências isoladas, implicando múltiplos problemas relacionados à adequação e à adaptação às novas propostas.

Com razão, naquele contexto, os blocos econômicos da América Latina e Caribe sem muitas experiências nos assuntos educacionais compactuados, pareciam restringir seus interesses a objetivos estritamente econômicos, excetuando o Mercado Comum do Sul – Mercosul, criado em 1991 e envolvendo o Brasil, o Paraguai, o Uruguai e a Argentina. Esse bloco, mesmo com algumas dificuldades, procurava aliar seus objetivos econômicos a aspectos sociais e educacionais (SANTOS; DONINI, 2010). Os demais blocos, como o Pacto Andino, criado em 1969, o Mercado Comum Centro-Americano de 1960 e o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), organizado em 1994, aglutinando os Estados Unidos, Canadá e México e tendo o Chile como associado, alimentavam seus interesses comerciais em termos de cooperação e competição e através de equilíbrios desiguais.

166

Mesmo assim, ainda primeiros anos de 2000, cerca de 19 países da região adotaram o projeto Tuning América Latina, baseado no modelo de Bolonha e similar ao Tuning europeu. Esse projeto, financiado pela União Europeia, centrava seus objetivos na construção de linguagem e mecanismos comuns ao sistema de educação superior europeu e priorizava a formação para o mercado de trabalho (EIRÓ; CATANI, 2012). Nessa esteira de mudanças e adequação, em 2005, a maioria dos países do Mercosul, formalizou a acreditação, a mobilidade e a cooperação interinstitucional como linhas prioritárias para a expansão desse ensino no bloco regional, através dos documentos conhecidos como Compromisso de Gramado e Terceiro Plano Educacional do Setor Educativo do Mercosul (SEM).

Apesar de muitos países dessa Região terem enfrentado problemas para responder às exigências da emergente internacionalização da educação superior globalizada, seja por não dispor de uma forte tradição universitária ou por enfrentar sérios problemas econômicos (VILLANUEVA, 2008), os sistemas educacionais iam sendo ajustados às suas circunstâncias contextuais, em confluência com as forças políticas nacionais (RIZVI; LINGARD, 2013). A nova reorganização da educação superior se repercutiu no financiamento,



nas condições de expansão, nas ações de integração social e nas suas identidades.

## Educação superior no contexto das crises internacionais

A nova agenda da educação superior caracterizou-se, num primeiro momento, por processos de expansão e democratização do ensino. Havia uma crença reforçada e difundida nacional e internacionalmente de que um sistema educacional superior forte contribuiria para o desenvolvimento, e minimizaria as desigualdades. A propagação da massificação da educação superior fortalecida no cenário mundial tornou-se uma questão econômica e de direitos de cidadania. A ideia propagada era a de que uma sólida formação acadêmica e científica propiciaria benefícios econômicos e sociais coletivos.

Para colocar em prática essas ideias, as organizações internacionais, reunidas com representantes políticos de diferentes países, adotaram, em seus documentos, três linhas estratégicas que passaram a ser adotados pelos países globalizados: a expansão da oferta, a alocação de recursos para financiar essa expansão e a integração econômica e política dos blocos regionais (NEAVE, 2001).

As escolas e as universidades tornaram-se, simultaneamente, um ideal e um objeto de disputa de indivíduos, de instituições e das forças políticas produtivas e organizativas da sociedade, compondo uma nova ordem mundial ainda desconhecida, confusa e instável.

No início dos anos 2000, o mundo presenciou um acréscimo, nas suas matrículas, passando de 1,3 milhões de estudantes em 1960 para 137 milhões, entre 1960 e 2005 (UNESCO, 2007, p. 132). Esse crescimento requereu uma maior qualificação e contratação de professores, a ampliação e melhoramento das estruturas físicas das universidades e institutos superiores, assim como a ampliação do seu financiamento.

Com a chegada do ano de 2008, as ameaças das crises do sistema financeiro e do trabalho que vinham sendo sinalizadas se concretizaram. Tendo como epicentro os Estados Unidos e centrada na falência da bolha especulativa no mercado imobiliário norte-americano, rapidamente se espalhou pelo mundo, alcançando economias desenvolvidas e emergentes e obrigando os governos centrais a financiar boa parte da quebra das instituições financeiras.

Mas, o impacto na economia real também foi devastador, e o tombo, na indústria, resultou em queda, em alguns casos, de quase 10 pontos na produção com relação ao ano anterior de 2007.

Talvez seja forçoso pensar que ocorreu um esgotamento do movimento de “*globalização financeira*”, registrado por várias crises de dimensão local. Note-se, entretanto, que, mesmo antes da crise do capitalismo global de 2008, a economia estadunidense, considerada, até então, a locomotiva da economia mundial, já apresentava sinais de decadência em face de seu esvaziamento produtivo e da relativa perda de importância do dólar, além dos visíveis e crescentes os sinais de forte concentração de renda. No decorrer das últimas duas décadas, o segmento constituído pela faixa do 1% mais rico daquela população teve a sua renda aumentada em 256%, enquanto o rendimento dos pobres subiu somente 11%. O milésimo superior passou de 2% para 10% da renda nacional. Assim, a sociedade norte-americana voltou a deter um padrão de desigualdade de renda somente verificado antes da Depressão de 1929 (PIKETTY, 2014).

Não por acaso, o impacto negativo da crise econômica sobre os sistemas educacionais manifestou-se mais fortemente sobre os países desenvolvidos desde o Japão, passando pelos Estados Unidos, até os países europeus. O Japão, por exemplo, amargou uma queda nas despesas educacionais de 0,9% em 2013. Os investimentos em Ciência e Tecnologia em 2014 caíram 1,6%. No caso dos Estados Unidos, entre 2008 e 2010, auge da crise econômica, diversos distritos escolares diminuíram seus gastos, adiando projetos de manutenção e construção e demitindo pessoas de administração e serviços. Em 2011, como medidas contencionistas, houve fechamento de escolas, demissão de professores e aumento de alunos por turma. Em se tratando da Europa e mesmo constatando diferenças enormes no desempenho dos países, a maioria apresentou estagnação de seu dispêndio. Entre 2011 e 2012, vinte países europeus reduziram seus gastos educacionais, a exemplo de Grécia (19%), Itália (15%), Hungria (7%), Portugal (13%) e Reino Unido (10%). Em sentido contrário, nove países aumentaram seus gastos entre 1% e 5% e apenas quatro países tiveram aumento de mais de 5% no período (LÁZARO, 2017).

Por sua vez, em apenas dez anos, a produção chinesa triplicou, projetando, globalmente, a sua ascensão. Entre 1999 e 2010, por exemplo, a variação acumulada do Produto Interno Bruto dos Estados Unidos foi equivalente a apenas 1/8 da verificada na China. A China, rapidamente, respondeu





por maior parcela da produção de manufaturados do mundo, representando 18 do valor agregado industrial %, em 2009. A indústria de transformação de alta tecnologia também saltou de 4%, para 18% entre 2000 e 2009. Nesses últimos anos, a China assume a condição de segunda nação mais importante na produção de material de escritório e informática do mundo, na produção de material de rádio, TV e comunicação, sendo a primeira na produção de veículos automotores e nos investimentos na indústria aeroespacial, de supercomputadores e de núcleos eletrônicos, entre outras posições estratégicas mundiais (POCHMANN, 2015).

O milagre chinês também se reproduziu no ensino superior. Em 1980, o país contava com um milhão de alunos no ensino superior, subindo para 31 milhões, em 2010, adotando como medidas a descentralização e diversificação das Universidades (Instituições de pesquisa, de pesquisa e ensino, de ensino e de formação técnica). O governo chinês projetou, nestes últimos anos, 100 instituições educacionais para alcançar padrões mundiais neste século 21. Estima que, desse total, trinta e nove unidades tenham um aporte de recursos compatível aos de instituições líderes da Europa e dos Estados Unidos da América. Em 201, mais de 5 milhões de alunos estavam matriculados em 700 universidades privadas e o número de estudantes no exterior chegava a 2,3 milhões (SCHWARTZMAN, 2015).

Contemporaneamente, com a crise, um dos grandes dilemas enfrentado pelos países parece centrar-se na sustentabilidade das reformas da educação superior iniciadas há mais de quinze anos. Neste momento, tanto os países Europeus como os Latino-americanos e Caribenhos, estão reduzindo as suas despesas com a educação e com a expansão do ensino superior. Em consequência, propostas previstas nas narrativas dos documentos internacionais, regionais e nacionais e que subsidiaram as reformas do ensino superior, como fomentar o ingresso de alunos, combater o abandono, criar oportunidades de trabalho para os egressos e alocar recursos necessários, encontram-se longe de ser implementadas.

De todo modo, a educação, mesmo sendo representada como um fenômeno inserido na lógica de uma estrutura social desigual e voltada para fins de legitimação de diferentes formas de violência (BOURDIEU, 2001 apud CARIA, 2007), possui uma dupla natureza histórica, política e cultural. Essa natureza a converte, ao mesmo tempo, em um mecanismo de justiça e inclusão social. Por isso, o debate sobre o direito à educação ou sobre a

democratização da educação superior, independentemente de ser considerado um fenômeno inserto na lógica liberal, continua sendo nuclear para abrir espaços ou avançar na condução de políticas educacionais fundadas no tratamento das desigualdades (BELTRÁN, 2013). Isso implica, essencialmente, as condições de financiamento e de sustentabilidade, possibilitadas pelos estados nacionais.

## As políticas de educação superior

A noção de política de educação superior incorpora/integra a compreensão de políticas públicas educacionais, tidas como um conjunto de atividades normativas e administrativas assumidas pela administração pública, visava melhorar ou resolver problemas concretos, relacionados ao sistema educacional e às suas demandas. Como componentes das políticas públicas, essas políticas educativas podem ser interpretadas como decisões e ações de diferentes atores, públicos e privados, interessados tanto na formulação quanto na resolução de um problema político, definido como público (SUBIRATS; KNOEPFEL; LARRUE; VARONE, 2012).

Atualmente, essa diversidade de influências provoca reflexos diretos nos seus processos de organização e gestão, direcionando a instituição governamental a novas formas de organização, regulamentação e regulação, capazes de contemplar prioridades educativas tanto internacionais como nacionais. Na verdade, as avaliações contemporâneas das políticas de educação superior se definem com base em três características: uma se relaciona com a “formatação” e interações entre atores nacionais e internacionais – públicos e privados; a outra, com a sustentabilidade das suas ações; e a terceira destaca o seu papel social ou a sua coesão social. Realmente, a expressa tentativa de conciliar projetos e propostas educativas portadores de características e necessidades diferentes, oriundos de tratados econômico, políticos e sociais e de arranjos multilaterais ou bilaterais e regionais acentua essa complexidade.

De todo modo, a força ideológica das mudanças educacionais, operadas pelos países mais fortes, alcançam aqueles mais frágeis, levando-os a padronizar ou aproximar os seus modelos educativos em coerência com os adotados pelos países hegemônicos, visando ao reconhecimento e à integração internacional.



Por isso, conceitos, como empregabilidade, responsabilidade social, competências e empreendedorismo, ganham espaço nas agendas governamentais como respostas para os problemas sociais e caminhos para facilitar vias de ação ao futuro. A busca da eficiência e da competitividade e a justificativa da superação da crescente desigualdade social, econômica e educacional servem como justificativa para os governos operarem as mudanças processadas na educação superior.

Esses argumentos, que sustentam a necessidade de transformação e melhoramento da qualidade educacional, ficam evidentes no documento da Comissão Europeia, "El gobierno de la educación superior en Europa: Políticas, estructuras, financiación y personal académico", de 2008. Esse documento apresenta, no âmbito do bloco regional, a decisão de cerca de 30 países da Rede europeia Eurydice atingirem, de forma consensual, ações relacionadas ao emprego, à reforma econômica e à coesão social, propostas na reunião de Lisboa, em março de 2000.

Todo o documento expressa o desejo de que os países integrantes do bloco funcionem de forma coletiva e harmoniosa visando oferecer políticas de educação superior, capazes promover o conhecimento na perspectiva da globalização, contando com as instituições e as influências dos diversos atores – públicos ou privados, externos e internos. A orientação geral é a de que os Estados-membros possam resolver problemas relacionados à qualidade educativa no âmbito da comparação internacional; melhorar as ações do governo e suas responsabilidades, aumentar os recursos financeiros e diversificar suas fontes de financiamento. As questões da justiça educacional e dos interesses econômicos são também tidas como prioritárias em suas propostas educativas.

Essas orientações, com algumas diferenciações, estão presentes na organização e funcionamento das mudanças da educação superior de diferentes países/regiões. Malgrado as críticas relacionadas às mudanças operadas na educação superior ou ao seu modelo padronizado, nota-se que, após o ano de 2000, as novas políticas de ensino superior em todo o mundo passaram a ter um propósito educativo mais amplo, destacando não apenas a sua vinculação para o desenvolvimento e a sustentabilidade da economia, mas também a ampliação do acesso e a inclusão social, na perspectiva da equidade. Ocorre que, em tempos de crise, educação e cultura costumam ser os primeiros programas a terem os seus gastos reduzidos no orçamento público.

Portanto, em que pese o incremento do ensino superior, com maior ou menor financiamento das instituições públicas, a depender das políticas locais, em um contexto de crises e de inseguranças reveladas internacionalmente de forma destacada após 2008, quando as disputas relacionadas à educação superior se tornaram mais visíveis e acirradas, qual poderá ser o alcance dessas políticas educacionais em um futuro próximo? É possível que, em um mundo aproximado pela tecnologia, pelos interesses econômicos e por regras unificadoras, a luta política e ideológica pelo que representa a educação para o estabelecimento de relações sociais capazes de legitimar a estrutura social vigente continue presente, talvez por muito tempo, ainda. Não parece improvável que diferentes organizações e grupos, em seus processos complexos e conflituosos continuem exigindo mudanças e melhores condições educacionais para todos.

Há de se convir, entretanto, que em países emergentes, a exemplo do Brasil, os rumos que a política econômica vem dando ao ensino superior são por demais preocupantes, ainda mais considerando os desafios de um país marcado por graves distorções sociais e educacionais, historicamente determinadas por um processo de forte exclusão social, realimentando o debate acerca das limitações dos estados nacionais no contexto de um mundo globalizado e de uma crise sistêmica. Isso será tratado no próximo item.

172

## **A experiência brasileira: expansão e financiamento em tempos de crise**

A expansão da educação superior no Brasil é, de certo modo, fenômeno recente. O seu impulso data dos anos de 1960, mais precisamente a partir da Reforma Universitária de 1968, em pleno Regime Militar. Como se sabe, a Reforma buscou ampliar a oferta de vagas na rede pública federal por meio de efficientização da gestão universitária, ao mesmo tempo que procurou criar as condições de incremento de vagas também no setor privado, respondendo à demanda das classes médias por acesso ao ensino superior. Em razão dessa política privatizante, a participação de matrículas, na rede pública, declinou, em 20 anos, de 58,6% para 35,7%, enquanto o setor privado passou a responder, por 64,3% das matrículas totais. Esse movimento de fortalecimento do setor privado foi acentuado nos anos seguintes –, mesmo em



governos democráticos - chegando em 2010, a atingir 73,2% das matrículas totais de ensino superior no país, conforme tabela abaixo.

**Tabela 1**  
Evolução das matrículas em cursos de graduação presenciais, segundo a natureza institucional – Brasil (1960-2010)

Ano	Pública		Privada		Total
	Matrículas	%	Matrículas	%	
1960	59.624	58,6	47.067	41,4	101.691
1970	210.613	49,5	214.865	50,5	425.478
1980	492.232	35,7	885.054	64,3	1.377.286
1990	578.625	37,6	961.455	62,4	1.540.080
2000	887.026	31,9	1.807.219	67,1	2.694.245
2010	1.461.696	26,8	3.987.424	73,2	5.449.120

Fonte: Corbucci, Kubota e Meira (2016).

A tabela acima capta bem o movimento de expansão das vagas no ensino superior, mostrando o deslocamento dessas matrículas para o segmento privado, inflexão concluída ainda no início da década de 1980. Na década seguinte, a velocidade de incremento de novas vagas diminui, tanto na rede pública quanto na rede privada, decorrente, provavelmente, do baixo crescimento econômico daquele período e das políticas de ajuste fiscal que resultaram em diminuição das verbas para o ensino superior público, a exemplo das universidades federais, conforme aponta estudo de Nelson Cardoso do Amaral (2003). Mas, a partir dos anos 2000, a rota ascendente de matrículas, no ensino superior, é retomada nas duas esferas, embora o setor privado, ao que tudo indica, tenha se beneficiado melhor das políticas de financiamento público.

Em meados dos anos 2000, o Brasil implantou dois grandes programas de expansão da educação superior: um com foco no setor privado; outro visando ao setor público. O primeiro deles, mirando a rede particular de ensino, foi criado em 2004, com a edição da Medida Provisória nº 213, posteriormente convertida na Lei nº 11.096/2005. Trata-se do Programa Universidade para Todos (ProUni), que atua por meio de concessão de bolsas

de estudo integrais e parciais a estudantes de graduação em instituições particulares de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. Em contrapartida, o Estado brasileiro concede isenções fiscais às instituições que aderem ao programa, de quatro impostos (Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social e Contribuição para o Programa de Integração Social). Inicialmente, em 2005, o ProUni ofereceu, segundo relatório do Tribunal de Contas da União, 112.275 bolsas para estudantes de baixa renda. Até o primeiro semestre de 2008, foram concedidas, pelo Programa, 520.931 bolsas (BRASIL, 2009). O diferencial desse programa, em relação a outros programas de financiamento do ensino superior privado, consiste na adoção de políticas de ações afirmativas, através da oferta de bolsas no sistema de cotas étnico-raciais.

Antes, porém, do Prouni, havia sido implantado um programa de financiamento estudantil, criado, em 1999, e regulamentado pela Lei nº 10.260/2001, denominado Fundo de Financiamento ao Estudante do ensino Superior (Fies). Esse programa, que oferece subsídio para estudantes de baixa renda, cobrindo até 100% do valor das mensalidades dos estudantes da rede privada, tem como fontes financeiras recursos consignados no orçamento do Ministério da Educação, recursos de loterias e de retornos financeiros. No período de 2004-2009, a rede privada obteve 173 mil novas matrículas, tendo sido o Fies o seu principal indutor dessa ampliação. Com efeito, em 2015, foram contabilizadas 1,9 milhão de matrículas vinculadas ao Fies (BRASIL, 2017). Os investimentos públicos, na rede de ensino superior privada, foram crescentes a partir de 2004. O mercado educacional privado foi beneficiado, sobretudo, com as medidas de financiamento das mensalidades estudantis, por meio do Fies. A tabela abaixo mostra a evolução da despesa governamental com esse programa nos anos de 2004 a 2014.



**Tabela 2**  
**Despesa paga do Governo Federal com Fies e proporção do PIB**

ANO	R\$ Milhões de 2014	% PIB
2004	1.138	0,03
2005	1.050	0,03
2006	1.224	0,03
2007	1.149	0,03
2008	1.241	0,03
2009	1.302	0,03
2010	1.211	0,02
2011	2.247	0,04
2012	5.342	0,10
2013	8.189	0,15
2014	13.769	0,25

Fonte: Adaptado de Mendes (2015).

Como se verifica nos dados acima, os dispêndios governamentais com o Fies permaneceram, praticamente, estáveis, em proporção do PIB, no período de 2004 a 2010, com pequenas oscilações. A partir de 2011, essas despesas crescem, vertiginosamente, e, em 2014, passam a representar, em termos reais, 12,5 vezes o valor gasto no primeiro ano da série. Estima-se, que em 2016, o ônus fiscal do Fies alcançou a cifra de 32 bilhões de reais (TANNO, 2017), sendo computados, nesse montante, os dados relativos à inadimplência dos estudantes.

Já em relação às instituições públicas de ensino superior, em 2006, o governo central instituiu o Programa Expandir, destinado à interiorização das universidades federais, organizando, em seguida, o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), cuja vigência previa o período de 2007 a 2012. O programa Expandir abriu 42.204 vagas, enquanto o Reuni pretendeu alcançar o total de 92.240 novas inscrições nas instituições federais de ensino superior. Desse modo, em 2007 foram ofertadas 139.875 vagas na graduação presencial das universidades federais, saltando para 231.530, com crescimento de mais 91.655 lugares, em 2011. Nesse mesmo

período, foram acrescentadas 164.070 novas matrículas nas universidades federais (SILVA, 2014).

Apesar desse aumento substancial da educação superior pública, a forte expansão do ensino superior, no Brasil, deveu-se ao setor privado, embora com decisivo apoio técnico e financeiro do poder público. As transferências de recursos públicos para a iniciativa privada foram, crescentemente, atingindo impressionantes cifras; o percentual de matrículas com algum tipo de financiamento não reembolsável em cursos de bacharelado presencial nas instituições privadas que, em 2009, se apresentava na ordem de 18,8%, atingiu 25,4% em 2013. Vale destacar o fato de que 29,9% dessas bolsas pertenciam ao Prouni. Assim, em 2009, 26,3% das 2.842.203 matrículas no setor privado em curso de bacharelado presencial contavam com algum tipo de auxílio financeiro. Já em 2013, quase metade (44,0%) dos 3.427.528 de matrículas no setor privado em curso de bacharelado presencial se beneficiava de algum tipo de auxílio financeiro. Como consequência, a proporção de pessoas de 18 a 24 anos que, em 2004, frequentavam o ensino superior passou de 32,9%, para 58,5%, em 2014 (IBGE, 2015). Em seu conjunto, a participação da iniciativa privada nas matrículas da educação superior passou de 73,3% para 76,8%, entre 2004 e 2014.

Por outro lado, a ampliação do acesso também foi estimulada por uma série de políticas públicas inclusivas. Houve, por um lado, aumento das reservas de vagas nas instituições públicas direcionadas aos alunos de diferentes perfis (portador de deficiência, procedente de escola pública, com baixa renda familiar, etnias específicas etc) e, por outro, medidas de favorecimento da permanência do estudante, a exemplo do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Em que condições foi possível manter a curva ascendente de acesso ao ensino superior no Brasil? Tratou-se de um crescimento sustentável? Essas perguntas fazem sentido, sobretudo considerando que, em 2008, o mundo capitalista foi surpreendido por uma de suas piores crises econômica, resultando em forte queda da produção mundial e consequente redução dos gastos públicos, conforme se viu anteriormente. E, como já mencionado, a crise atingiu, de maneira rápida e atroz, países desenvolvidos e em desenvolvimento e seus impactos ainda estão sendo sentidos por muitas economias nacionais.





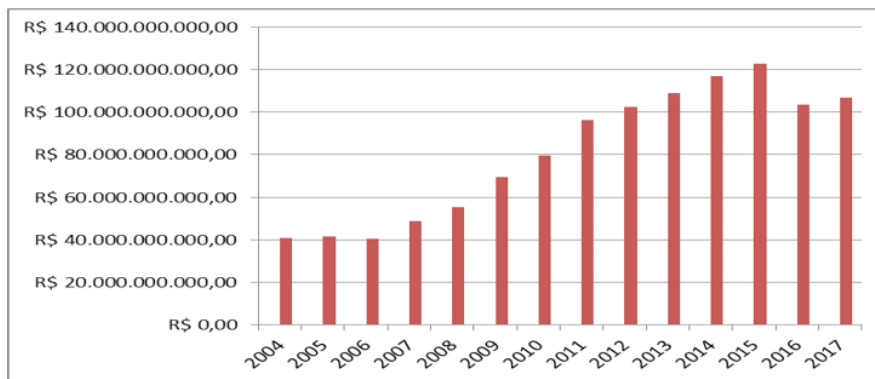
A reação, à época, do governo brasileiro de investir e fortalecer o mercado interno, com redução das taxas de juros, ampliação do crédito e redução de tributos de diversos produtos, foi decisiva para que o país enfrentasse a crise em situação melhor do que outras nações. O governo federal fez aprovar um pacote de estímulo fiscal, no fim de 2008, que levou ao crescimento do investimento público, entre outras importantes medidas. Em razão disso, mesmo a economia nacional tendo encolhido 0,3% em 2009, conseguiu alcançar, no ano seguinte, o seu maior nível, com expansão de 7,5% do seu Produto Interno Bruto.

No que tange aos recursos destinados à educação em geral e à educação superior em particular, não houve redução das despesas governamentais, mesmo no período de crise mundial. Contrariamente, a partir de 2006, verifica-se uma ampliação dessas despesas. Segundo os dados disponibilizados pelo governo federal, através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep, <http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-financeiros-educacionais>), a estimativa do percentual de investimento público total em educação em relação ao PIB vem crescendo ao longo dos anos. Até o ano de 2005, o Brasil despendia algo próximo a 4,6% do seu PIB em todos os níveis de ensino. A partir de então, esse percentual foi crescendo, gradativamente, até chegar ao patamar de 6%, aumento de, aproximadamente, 30 pontos percentuais. Importa esclarecer, desde logo, que nesses cálculos estão incluídos os recursos para bolsa de estudo, financiamento estudantil e a modalidade de aplicação: Transferências Correntes e de Capital ao Setor Privado.

O carro-chefe dessa expansão do gasto público foi a educação básica, mas a educação superior também foi beneficiada, embora em menor escala, sobretudo nos últimos anos. Convém dizer, ainda, que o crescimento não foi apenas proporcional, visto que o próprio PIB também apresentou forte expansão no período de 2004 a 2014, contrariamente ao que aconteceu em boa parte dos países desenvolvidos que, como visto anteriormente, reduziram seus gastos em educação superior.

No período de 2004 a 2015, o orçamento do MEC saltou de cerca de 40 bilhões de reais para mais de 120 bilhões em valores reais, ou seja, um incremento de mais de 200%. Essa tendência começa a se reverter a partir do ano de 2016, segundo o gráfico abaixo.

Gráfico 1  
Evolução do Orçamento do MEC: 2004-2017



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SigaBrasil.

Disponível em: [www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrazil](http://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrazil)

Obs.: valores atualizados para 2017 pelo IPCA.

178

Nessas circunstâncias, as universidades federais, bem como a rede federal de ensino técnico e tecnológico, experimentaram a expansão e a melhoria de sua infraestrutura, o crescimento das funções docentes e o aumento real dos salários. Todavia, há que se recordar que parte do orçamento público também foi redirecionado para a iniciativa privada, sobretudo através do Fies, o que contribuiu para fortalecer um movimento de reconcentração do mercado educacional privado. Com efeito, desde 2005, inicia-se um amplo processo de fusões e aquisições por parte das empresas de ensino superior privadas com fins lucrativos, fortalecendo os interesses dos grupos educacionais privados. Foi emblemática, naquele ano, a aquisição da parte majoritária das ações da Universidade Anhembi-Morumbi pelo grupo americano *Laureate* e a compra pela Anhanguera, importante instituição privada do setor de ensino superior, do total do capital da Unibero. Já o fundo de investimento americano *Advent* adquiriu 50% das ações da rede Kroton (CORBUCCI, KUBOTA, MEIRA, 2016).

## Crise econômica e a nova agenda: de volta ao passado

Conforme se viu antes, o colapso mundial de 2008 atingiu o Brasil de maneira mais suave que os demais países, em seu primeiro momento. A queda



do PIB brasileiro, em 2009, foi rapidamente revertida, e, em 2010, o Brasil experimentou seu maior crescimento econômico dos últimos 20 anos, de 7,5%. Ocorre que a crise mundial mostrou-se mais resiliente do que pensavam os construtores da política econômica. Como agravante, o ciclo de fortalecimento dos preços das *commodities* – principal pauta de exportação de economias emergentes como a do Brasil – esgotou-se, fazendo despencar os preços de produtos como petróleo, soja e outros. O Brasil já não poderia mais contar com essas receitas, resultando em um maior endividamento externo, desequilíbrio fiscal, redução da atividade econômica e desindustrialização, além da apreciação do dólar. O governo central da época pareceu não perceber a mudança no patamar das receitas tributárias e continuou com sua política de desoneração de tributos de produtos industrializados e expansão do gasto público. A crise econômica rapidamente evoluiu para uma crise política, com ecos nas grandes manifestações, ocorridas em junho de 2013, resultando em forte desgaste da coalização governista, acuada por graves denúncias de corrupção em sua principal estatal, a Petrobras. O resultado foi a deposição da presidenta Dilma Rousseff, após um processo de impeachment cuja principal acusação foi a de ter cometido “pedaladas fiscais”, artifício contábil para honrar outros compromissos e retardando os pagamentos de despesas de bancos oficiais. Como se sabe, esse mecanismo já fora utilizado por todos os presidentes desde a redemocratização do país. O impedimento da presidenta possibilitou a ascensão executiva do seu vice-presidente, Michel Temer, e a organização de uma agenda de ajuste fiscal com corte nos gastos públicos e reformas regressivas nas áreas trabalhista e previdenciária.

179

A retórica governamental do governo do presidente Temer consiste em construir uma trajetória de equilíbrio fiscal sólido, com superávit e a redução progressiva do endividamento público apresentou como objetivo maior e em curto prazo, reduzir a taxa de inflação em 4,5% ao ano, meta que vem alcançando sucesso. Esse logro, entretanto, vem ocorrendo a partir de um sacrifício enorme da população, em decorrência da forte retração da economia e levando o país a uma de suas piores recessões econômicas. Como consequência, os níveis de desemprego aumentaram, o salário real dos trabalhadores diminuiu e a pobreza voltou a crescer. Por outro lado, a dívida pública alcançou níveis estratosféricos, prenunciando um *default* nas condições de pagamento das obrigações financeiras.

Para viabilizar essa política econômica, o governo central conseguiu, junto ao Congresso Nacional, aprovar uma Emenda Constitucional (EC) de número 95, de 15 de dezembro de 2016 (BRASIL, 2016), limitando, por 20 anos, a expansão dos investimentos sociais, visando reduzi-los de 19,7% para 15,5% como proporção do PIB. A adoção dessas medidas centrou as suas maiores repercussões em despesas obrigatórias nas áreas de saúde e educação, prejudicando as propostas de ampliação e melhoramento da educação, particularmente da educação superior. De fato, não se sabe quais serão os seus efeitos, pois o grande objetivo da EC 95 é retirar, em um futuro, as obrigações vinculantes em saúde e educação do texto constitucional.

O que passou, de forma quase imediata, foi o contingenciamento das verbas direcionadas para os diversos programas de Ciência e Tecnologia, sobretudo aquelas destinadas aos programas de fomento à internacionalização, extensão e assistência estudantil. Nesse pacote, os órgãos de fomentos (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior – Capes e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq) reduziram bolsas de estudos e financiamentos de projetos de pesquisa, enquanto as universidades federais viram-se obrigadas a coatar suas despesas de custeio e capital.

Em 26 de abril de 2017, o Supremo Tribunal Federal decidiu que a gratuidade do ensino em estabelecimentos oficiais, conforme expresso na Constituição Federal, não se aplica aos cursos de pós-graduação Lato Sensu ou de extensão, prenunciando um ataque mais profundo ao caráter público das instituições públicas de ensino superior. A decisão, na prática, reinterpreta o próprio conceito de Universidade, ao suspender a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, presente na Constituição Federal de 1988.

Em outra direção, as políticas de ajuste fiscal caminham no sentido de desestruturar o atual Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado em julho de 2014, seja tanto as metas de expansão da educação básica quanto as do ensino superior. A meta 20 do PNE, por exemplo, que dispõe sobre o percentual de gasto em educação em 10% do PIB ao longo dos anos, perdeu toda a sua eficácia em função da redução de despesas. Adicionalmente, reformas educativas, como a do ensino médio, têm sido aceleradas no sentido de fortalecer parcerias público-privado, fomento à educação a distância, flexibilização de conteúdos curriculares e corte de disciplinas, com fins de transferir responsabilidades e reduzir gastos. Essas mudanças, caso se concretizem em



sua totalidade, trarão fortes repercussões tanto na carreira docente, a exemplo da introdução da figura do Notório Saber, quanto nos cursos de formação docente, os quais terão que se adaptar ao novo formato “utilitarista” do ensino médio. De imediato, é possível admitir que a política de ajuste resulta em profunda precarização das instituições de ensino, com a redução do custeio. A manutenção das universidades federais, com essa redução, poderá resultar em crise aguda dessas instituições, a exemplo do que já vem ocorrendo com universidades estaduais em todo o país.

## Considerações finais

Os processos de mudanças no ensino superior, de avanços e recuos, próprios de uma situação estrutural instável, revelam que as políticas de educação superior, tomadas em conjunto, representam um fenômeno próprio da sociedade moderna em transformação, com suas encruzilhadas, dilemas, interesses e contradições. Essas políticas, claramente marcadas nos discursos políticos internacionais e nacionais, revelam-se não só como objeto de disputa e de posicionamentos divergentes entre agências, grupos e setores da sociedade globalizada, mas também como fenômeno fortemente imbricado com as tendências estruturais e conjunturais do mundo contemporâneo globalizado; provisório, variável e problemático.

Isso se avolumou com a crise econômica mundial de 2008/2009 e sua repercussão negativa sobre o conjunto das políticas sociais em todos os países capitalistas e, em particular, sobre as políticas expansionistas de educação superior. Mundialmente, o desconforto com as medidas de austeridade tem gerado mudanças na forma de se ver a própria sociedade e sua relação com a política. E assim como aconteceu em outros momentos da história internacional e nacional, o colapso econômico e a instabilidade política abrem espaços para o ressurgimento de ideias fascistas, xenófobas e excludentes, levando o mundo a se aproximar de soluções violentas, precárias e incertas. A expansão mercantil do ensino superior e o subfinanciamento público são componentes dessa nova postura social e política, pois o que está em jogo, de fato, é a própria crise do Estado do Bem-estar Social, ou o que dele tenha restado.

Desse modo, se é verdade que o final do século passado presenciou o fortalecimento do ensino superior, com base na crença de que um sistema educacional superior forte seria capaz de contribuir para a melhoria da equidade social e a diminuição das desigualdades socioeconômicas; no início deste século, a situação altera-se, e o fortalecimento das posições mercantilistas, em face de *Welfare State*, sinaliza para a perda do “prestígio” da educação superior nos orçamentos públicos. A promessa de inclusão pela via de acesso à educação superior desmancha-se no ar. Mas, assim como, em outros momentos, a sociedade percebeu a tempo o erro de entregar – pura e simplesmente – a educação em geral e a educação superior em particular ao mercado, é possível que outra etapa de resistência ao desmonte da educação pública se inicie.

## Referências

AMARAL, Nelson Cardoso. **Financiamento da educação superior**: Estado X mercado. São Paulo: Cortez; Piracicaba, Editora UNIMEP, 2003.

182

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_, Giovanni; SILVER, Beverly. (Org.). **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora UFRJ, 2001.

BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior**: Las lecciones derivadas de la experiencia. Washington, D. C.: 1995.

BELTRÁN, José Llavador. Ser para aprender. Los beneficios sociales de la educación a lo largo de la vida. In: ENCUENTRO ESTATAL DE PROGRAMAS UNIVERSITARIOS PARA MAYORES. 13, 2013, Valencia. **Anais...** Valencia: Universitat de Valencia, 2013.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, 15 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Fazenda. Secretaria de Acompanhamento Econômico/Tesouro Nacional. **Diagnóstico FIES**. Brasília: Ministério da Fazenda., jun. 2017.



\_\_\_\_\_. Tribunal de Contas da União. **Relatório de Auditoria Operacional**: Programa Universidade para Todos (ProUni) e Fundo de Financiamento do Estudante de Ensino Superior (FIES). Relator Ministro José Jorge. Brasília: Tribunal de Contas da União, 2009.

CARIA, Telmo. História, reforma e lucidez em ciência: a reflexividade científica segundo Pierre Bourdieu. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 79, p.133-149, dez. 2007.

CORBUCCI, Paulo Roberto; KUBOTA, Luís Claudio; MEIRA, Ana Paula Barbosa. Evolução da educação superior privada no Brasil: da reforma universitária de 1968 à década de 2010. **Radar**, Brasília, n. 46, p. 7-12, ago. 2016. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/radar/radar46\\_art01.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/radar/radar46_art01.pdf). Acesso em: 16 ago. 2017.

EIRÓ, Maria Idati; CATANI, Afranio Mendes. Projetos Tuning e Tuning América Latina: Afinando os Currículos às Competências. In: ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto, CATANI, Alfredo Mendes (Org.). **Educação superior na América Latina**. Políticas, impasses e possibilidades. Campinas: Mercado das Letras, 2012.

EURYDICE. Comisión Europea. D.G. Educación y Cultura. **El gobierno de la educación superior en Europa**. Políticas, estructuras, financiación y personal académico. Brussels: Eurydice, Unidat Europea 2008. Disponível em: [http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice/documents/thematic\\_reports/091ES.pdf](http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice/documents/thematic_reports/091ES.pdf). Acesso em: 2 ago. 2017

GALVÃO, Olímpio José de Arroxelas. Globalização e mudanças na configuração espacial: da economia mundial. Uma visão panorâmica das últimas décadas. **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 61-97, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-98482007000100003version=html>. Acesso em: 20 jul. 2017.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura global**: nacionalismo, globalização e modernidade, 3. ed. Petrópolis, Vozes, 1999.

FEDOZZI, Luciano. **Niklas Luhmann**: A nova teoria dos sistemas. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

IANNI, Otávio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

\_\_\_\_\_, Otávio. **A era do globalismo**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

\_\_\_\_\_, Otávio. Globalização e nova ordem internacional. In: AARÃO, Daniel Reis Filho; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (Org.). **O século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. (v. 3).

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução Raul Fiker. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

\_\_\_\_\_, Anthony. **Mundo em descontrole**. Tradução Maria Luiza Borges. Rio de Janeiro: Record, 2000.

KOPPE, Leonardo Renner. **Transformações da educação superior na Europa**. A reforma da educação superior na Alemanha pós-processo de Bolonha. 2010. 156f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

LÁZARO, Luís Miguel. La educación superior en Europa. El desafío pendiente de la equidade. In: LÁZARO, Luís Miguel (Org.). **Problemas y desafíos para la educación en el siglo XXI en Europa y América Latina**. Valencia: Universitat de València, 2001.

\_\_\_\_\_, Luís Miguel. El impacto de la crisis económica global en la educación. Repercusiones sobre la educación superior, 2008-20014. **Revista Latinoamericana de Educación Comparada**, Buenos Aires: v. 8, n. 11, jun./out. 2017.

MENDES, Marcos. **A despesa federal em educação: 2004-2014**. Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/senado. Abril/2015. Boletim Legislativo do Senado Federal, Brasília: nº 26, 2015. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/estudos>. Acesso em: 16 abr. 2015.

NEAVE, Guy. **Educación superior**: historia y política: estudios comparativos sobre la universidad contemporánea. Barcelona (Espanha): Gedisa Editorial, 2001.

OCDE. **Políticas Nacionales de la Ciencia y la Tecnología**. París: OCDE, 1994.

PIKETTY, Thomas. **O capital do século XXI**. Tradução Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

POCHMANN, Marcio. **China e o novo centro dinâmico**. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2012/06/china-e-o-novo-centro-dinamico/>. Acesso em: 15 jan. 2015.

RIZVI, Fazal; LINGARD, Bob. **Políticas educativa em um mundo globalizado**. Madrid: Marata 2013.





SANTOS, Maria Rosimary Soares dos; DONINI, Ana Maria Cambours. **Políticas de Integração e Internacionalização da educação superior no Mercosur educetivo**. Mar del Plata (Uruguai). 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/97024/POL%CDTICAS%20DE%20INTEGRA%C7%C3O%20E%20INTERNACIONALIZA%C7%C3O%20DA%20EDUCA%C7%C3O%20SU.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 jun. 2017.

SCHWARTZMAN, Simon. Demandas e políticas públicas para o ensino superior nos BRICs. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 74, p. 267-289, maio/ago. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v28n74/0103-4979-ccrh-28-74-0267.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2016.

SCHULTZ, Theodore William. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

SILVA, Aurélio Ferreira da. **O Reuni entre a expansão e a reestruturação**: uma abordagem da dimensão acadêmico-curricular. 2014. 183f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SUBIRATS, Joan; KNOEPFEL, Peter; LARRUE Corinne; VARONE, Frédéric. **Análisis y gestión de políticas públicas**. Barcelona: Ariel, 2012.

TANNO, Claudio Riyudi. **Nota técnica nº 28/2017**. Subsídios acerca da adequação orçamentária e financeira da medida provisória nº 785, de 6 de julho de 2017, que reformula o Fundo de Financiamento Estudantil – FIES. Brasília: Câmara dos deputados. Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira, 14 jul. 2017.

UNESCO. **Documento de Política para el Cambio y el Desarrollo de la Educación Superior**. París: UNESCO, 1995. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0009/000989/098992s.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. **Declaracion Mundial Sobre La Educacion Superior En El Siglo XXI**: Vision Y Accion. París: UNESCO, 1998. Disponível em: [http://www.unesco.org/education/educprog/wche/declaration\\_spa.htm](http://www.unesco.org/education/educprog/wche/declaration_spa.htm) Acesso em: 26 jul. 2017.

UNESCO. Institute for Statistics. **Global education digest 2007**: comparing education statistics across the world. Unesco: Montreal (Canadá), 2007.

\_\_\_\_\_. Conferência Mundial sobre Ensino Superior. **As novas dinâmicas do ensino superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social**. Paris: Unesco, jul. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>

[index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=4512-conferencia-paris&Itemid=30192](http://index.php?option=com_docman&view=download&alias=4512-conferencia-paris&Itemid=30192). Acesso em: 14 mar. 2015

VILLANUEVA, Ernesto: Reformas de la educación superior: 25 propuestas para la educación superior en América Latina y el Caribe. In: GAZZOLA, Ana. Lúcia; DIDRIKSSON, Axel (Editores). **Tendencias de la educación superior en América Latina y el Caribe**. UNESCO, 2008.

WELCH, Antony. Mamon, mercados e gerencialismo: perspectivas da Ásia e pacífico sobre reformas educacionais contemporâneas. In: COWEN, Robert; KAZAMIAS, Andreas ULTERHALTER, Elaine (Org.). **Educação comparada: panorama internacional e perspectiva**. Brasília: UNESCO/CAPES, 2012. (v. 1). Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002177/217707por.pdf> Acesso em: 8 set. 2015.

WORLD BANK. **Priorities and strategies for education**. A World Bank Review Washington. DC: 1995. Disponível em: [http://siteresources.worldbank.org/EDUCATION/Resources/278200-1099079877269/5476641099080118171/Priorities\\_and\\_Strategies\\_for\\_Ed\\_WB\\_Review.pdf](http://siteresources.worldbank.org/EDUCATION/Resources/278200-1099079877269/5476641099080118171/Priorities_and_Strategies_for_Ed_WB_Review.pdf). Acesso em: 25 ago. 2015.

186

Profa. Dra. Emília Maria da Trindade Prestes  
Universidade Federal da Paraíba  
Centro de Educação  
Programa de Pós-Graduação em Educação-  
Programa de Pós-Graduação em Gestão das Organizações Aprendentes | MPPGOA  
| CAPES CNPQ  
Grupo de Pesquisa CNPQ: Trabalho, Educação e Políticas Públicas  
E-mail: prestesemilia@yahoo.com.br

Prof. Dr. Luiz de Sousa Junior  
Universidade Federal da Paraíba  
Centro de Educação  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação  
Superior | MPPGAV



---

Líder do Grupo de Pesquisa sobre Gestão e Financiamento da Educação

E-mail: [luizsjunior@gmail.com](mailto:luizsjunior@gmail.com)

Recebido 30 ago. 2017

Aceito 28 out. 2017